



Feminismo interseccional

Luana Ferreira Bispo

1º semestre/2019

1. INTRODUÇÃO

O feminismo é um movimento político que busca a emancipação das mulheres, ou seja, denuncia que há uma hierarquização de sexo e gênero que estrutura nossa sociedade, e luta por igualdade tanto no âmbito político e social quanto cultural. Assistimos, nas últimas décadas, a uma ampliação e multiplicação de debates sobre o tema, não só na academia e nos movimentos organizados, como também nos meios de comunicação e no cotidiano. A internet propiciou a disseminação de ideias feministas e possibilitou que mulheres trocassem experiências, denunciassem e se organizassem. Campanhas como #meuamigosecreto, #chegadefiufiu e #vamosjuntas são exemplos disso¹. Algumas militantes defendem que falemos de feminismos, no plural, em razão de sua pluralidade de pautas, visões e correntes, sendo o *feminismo interseccional* uma delas.

Nesse artigo analiso a origem do conceito de *interseccionalidade* no debate estadunidense com autoras como Kimberlé Crenshaw, Angela Davis e Patricia Hill Collins. Posteriormente mostro como autoras brasileiras – como Lélia Gonzalez, Jurema Werneck e Hailey Alves – recepcionaram e trabalharam com esse conceito e suas ideias no contexto local.

2. FEMINISMO INTERSECCIONAL ESTADUNIDENSE

O conceito “*interseccional*” foi criado por Kimberlé Crenshaw na década de 80 com a intenção de nomear o fenômeno de forma que seu significado fosse fácil a todos. A advogada norte-americana (CRENSHAW, 2004) defende que pensar em discriminação

¹ Essas campanhas virtuais ocorreram espontaneamente através de redes sociais como *Facebook* e *Twitter* no Brasil. A hashtag #meuamigosecreto circulou nas redes em novembro de 2015 com o objetivo de relatar e denunciar situações e atitudes machistas. A campanha #chegadefiufiu, ocorrida em 2013, pretendia combater o assédio em espaços públicos. Já #vamosjuntas foi um movimento criado em 2015 com o intuito de incentivar que mulheres andassem junto com outras mulheres para sentirem-se mais seguras.



de gênero e discriminação de raça como grupos diferentes e opressões separadas exclui as mulheres negras. A autora mostra com inúmeros exemplos que opressões de raça e gênero devem ser pensadas como ruas que podem se *interseccionar*, ou seja, que podem se entrelaçar em um cruzamento [*intersection*]. A partir da imagem de um cruzamento, uma intersecção, Crenshaw nomeia de *interseccionalidade* o fenômeno que ocorre quando há combinações/interações entre sistemas de opressão. Mulheres negras possuem discriminações próprias pela sobreposição das opressões, que podem se manifestar de forma distinta da discriminação que sofre a mulher branca e o homem negro. A professora de direito também descreve que determinadas formas de discriminação são subincluídas nos movimentos pelos direitos das mulheres e nos movimentos pelos direitos dos negros, uma vez que, atingindo somente as mulheres negras, esses movimentos não consideram essas discriminações como bandeiras de luta.

Um dos exemplos ilustrativos da natureza da *interseccionalidade* contado por Crenshaw (2004, p. 10-11) é o processo contra a General Motors, nos Estados Unidos: várias mulheres afro-americanas acusavam a empresa de não contratar mulheres negras. As funções que exerciam os negros eram nas linhas de montagem, consideradas empregos para homens. As funções que exerciam as mulheres eram de secretárias, consideradas emprego para brancas. Dessa forma, não havia oportunidade de emprego para as mulheres negras. Porém o tribunal não interpretou dessa forma, pois separou a discriminação de gênero da de raça, constatando que a empresa não praticou racismo, pois contratava (homens) negros e não praticou sexismo, pois contratava mulheres (brancas). O tribunal mostrou, assim, que não reconhecia a opressão específica daquelas pessoas por serem mulheres e negras.

Nesse caso, a justiça dos Estados Unidos não reconheceu a *intersecção* da discriminação de raça e gênero sofrida por aquelas mulheres negras, mas, de forma institucionalizada, a própria justiça trata de modo desigual as vítimas de estupro, por exemplo, como apontado pela autora:

Estudos têm mostrado que os processos movidos por mulheres afroamericanas são os que têm a menor probabilidade de serem levados a sério e resultarem na prisão dos culpados. Quando os culpados são presos, raramente são condenados e, quando condenados, a punição



média do estuprador de uma mulher negra é de dois anos, contra seis anos quando a vítima é uma mulher latina e dez anos quando a vítima é uma mulher branca. (CRENSHAW, 2004, p.12-13)

Apesar de Crenshaw ter criado esse termo, a ideia dessa expressão teórica já estava presente nas discussões de raça e gênero antes da década de 80: feministas negras já defendiam a necessidade de pensar gênero através da lente de raça e pensar raça através da lente de gênero. Portanto, a advogada considera o conceito de *interseccionalidade* como uma continuação do debate de autoras como Anna Julia Cooper e Maria Stewart no século XIX e de autoras recentes como Angela Davis e Deborah King (ADEWUNMI, 2014).

Por esse debate ter sido originado com pensadoras negras norte-americanas, é importante nos debruçarmos nas reflexões de algumas delas, como Angela Davis, filósofa e professora, que nasceu em 1944 no Alabama, e Patricia Hill Collins, socióloga e professora, que nasceu em 1948 na Pensilvânia. Ambas estão pensando interseccionalidade nos anos 80, mesma década em que Crenshaw nomeia o fenômeno.

No prefácio de *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis, Djamila Ribeiro, autora brasileira, afirma que esse livro “é a tradução do conceito de interseccionalidade” (DAVIS, 2016, p.13). Isso porque, como sugere seu título, Davis (2016) analisa de forma interseccional a luta das mulheres, dos negros e das trabalhadoras nos Estados Unidos. Para cumprir essa tarefa, a autora inicia com o fato marcante, central e estrutural da sociedade estadunidense: a escravidão.

Davis argumenta que, no sistema escravocrata, as mulheres negras eram tratadas da mesma forma desumanizada que seus companheiros negros, ambos sofriam castigos físicos, como espancamentos e chicotadas, e também resistiam e revoltavam-se igualmente. A escravidão causou determinadas características nas mulheres negras que diferem da mulher branca, tida como submissa, maternal e frágil.

A filósofa mostra a profunda relação existente, na história dos Estados Unidos, entre a luta pela abolição da escravidão e a luta pelos direitos das mulheres. Ao lutarem no movimento antiescravista, as mulheres brancas também estavam lutando ao mesmo tempo pelos direitos das mulheres, pois a luta antiescravagista situava-se no campo



político, lugar que era considerado exclusivo aos homens. A autora argumenta que apesar disso muitas mulheres brancas eram racistas e as líderes da luta pela emancipação feminina não incluíram as mulheres negras e as trabalhadoras nas suas reivindicações. Até mesmo em reuniões de mulheres a fala de mulheres negras era vista com relutância. As lutas das operárias brancas também foram ignoradas pelo novo movimento de mulheres, que não entendia que as trabalhadoras resistiam ao poder masculino de forma diferente.

Davis retrata a situação de trabalho das mulheres negras que mesmo décadas após o fim da escravidão era semelhante à situação de escrava. A maior parte das mulheres negras foi empregada nos serviços domésticos, recebendo salários baixíssimos e por muitas horas diárias. Algumas continuaram no campo e uma parcela muito pequena conseguiu empregos nas indústrias, mas normalmente nas piores funções e com os piores salários. Não só as feministas omitiam as pautas e reivindicações das trabalhadoras como também eram coniventes com a exploração de suas próprias empregadas. Davis conta uma história para ilustrar isso: uma feminista pediu à amiga para assinar uma petição reivindicando que as balconistas pudessem ficar sentadas, mas não reconhecia que sua empregada ficava mais tempo em pé que a balconista. O racismo existente dentro do movimento sufragista impediu que se formasse uma forte aliança entre mulheres negras e mulheres brancas, segundo a autora.

Davis defende que o mito da negra promíscua e do negro estuprador serviram para legitimar os linchamentos, principalmente contra os supostos estupradores, e para então controlar os recém-libertos. A violência contra negros começou logo após a abolição da escravidão e foi legitimada de diversas formas, sendo o mito do estuprador a mais poderosa². A autora conta que as mulheres negras enfrentaram uma enorme luta contra os linchamentos, sendo apoiadas pelas mulheres brancas apenas décadas depois.

² A mesma lógica de tentar legitimar a violência contra negros existe até hoje. No caso brasileiro, a guerra contra o tráfico busca legitimar o genocídio da população negra e seu grande número de encarceramento. Segundo o *Atlas da Violência 2017*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de cada 100 pessoas que foram mortas no Brasil, 71 eram negras. Além disso, enfatiza-se que, enquanto os casos de homicídios de pessoas não negras diminuíram 12,2%, os homicídios de pessoas negras aumentaram 18,2% no período de 2005 a 2015. O Atlas da Violência também mostra que o número de homicídios não está apenas relacionado ao sexo masculino: entre 2005 a 2015 a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 7,4% enquanto das mulheres



A diferença de vivências, tratamento e características das mulheres negras em relação às mulheres brancas é ilustrada no famoso discurso de Sojourner Truth, proferido em uma convenção pelos direitos das mulheres em Ohio, em 1851. Segundo Davis, Sojourner Truth era carismática e possuía uma poderosa habilidade como oradora, e foi assim que ela rebateu as provocações dos homens presentes no evento de que as mulheres eram fracas e por isso não podiam votar:

Muito bem, crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoitamento também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso...

(alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso, querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer. (TRUTH, 2014)

negras aumentou 22%. Segundo dados do *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, realizado em 2016 pelo Infopen, 64% da população carcerária no Brasil são negros, enquanto que os negros representam 53% da população total. 28% das pessoas presas foram condenadas por crimes relacionados a drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06).



Collins (2016), no seu artigo “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, também procura fazer uma análise interseccional sobre *outsider within*: a autora utiliza o termo para argumentar que mulheres negras estão dentro da academia, mas com um olhar “de fora”, ou seja, um olhar diferente do homem branco, que costuma naturalizar suas condições e generalizá-las para os demais grupos, desconsiderando suas diferenças histórico-culturais e sociais. De forma similar, as feministas negras questionam as generalizações feitas pelas feministas brancas sobre “a mulher”, apontando que é preciso indagar “a que mulher você se refere?”.

Durante muito tempo, as mulheres negras foram marginalizadas na academia. A socióloga busca estudar os trabalhos de mulheres negras, mostrando que elas podem contribuir muito por terem uma visão singular em relação a si mesmas, à família e à sociedade. Em sua introdução, a autora destaca o papel da *perspectiva*. Por serem mulheres negras, elas possuem vivências históricas e culturais diferentes das mulheres brancas, por exemplo. Há elementos nessas perspectivas que podem ser compartilhados por um conjunto de pessoas que formam um grupo, como é o caso das mulheres negras, mas outras variáveis como classe, idade e orientação sexual influenciam na expressão das perspectivas.

Collins (2016) enfatiza a interligação entre raça, gênero e classe, questão que está presente no trabalho de diversas autoras negras e presente há muito tempo no pensamento feminista negro. A autora usa o termo intersecção apenas uma vez, mas mostra como, mesmo sem usar esse conceito, a ideia explicada por ele já estava presente nas discussões da época.

Em outro artigo, “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”, Collins (2015) defende que essas categorias – raça, classe e gênero – estruturam todas as relações sociais: institucionais, simbólicas e individuais, mesmo quando uma das categorias possui mais visibilidade que a outra:

Uma análise breve das instituições sociais norte-americanas centrais majoritariamente controladas por homens brancos deveria nos convencer da natureza imbricada de raça, classe e gênero na estruturação da dimensão institucional da opressão. Por exemplo, se você é de uma universidade norte-americana, seu *campus* é uma *plantation* moderna? Quem controla a economia política da sua universidade? Os homens



brancos da elite estão super-representados entre os altos administradores que controlam as finanças e a política de sua universidade? Aos homens brancos da elite estão somando mulheres brancas da elite como suas boas companheiras? Que tipo de pessoa está na sua sala de aula, fomentando a próxima geração que vai ocupar essas e outras posições como tomadores de decisão? Quem é o pessoal de apoio que elabora a correspondência geral, que encomenda material, que conserta os canos que estão vazando? As pessoas afroamericanas, hispânicas, de outras raças e etnias formam a maioria das/os trabalhadoras/es invisíveis que te alimentas, que lavam sua louça, que limpam seu escritório e sua biblioteca depois que todas as outras pessoas já foram para casa? (COLLINS, 2015, p.23-24).

A socióloga (2015) inicia sua argumentação contra as ideias dicotômicas de ou/ou: opressor/oprimido, homem/mulher, branco/negro, razão/emoção, fato/opinião. Segundo a autora, cada pessoa possui uma variedade de privilégios e punições dentro desse sistema múltiplo de opressões, no qual as opressões estão às vezes paralelas e às vezes imbricadas – podemos dizer também *interseccionadas*.

Na última parte de seu texto, Collins busca responder como as diferentes barreiras criadas pelas experiências de opressão de raça, classe e gênero podem ser superadas e transformadas em conexões capazes de provocar uma mudança social. A autora defende que a resposta está em buscar reconhecer os privilégios que cada um possui, assim como buscarmos a empatia com outros indivíduos que possuem vivências diferentes, não as ignorando, mas sim procurando conhecê-las e entendê-las.

Como foi possível notar, a teoria da *interseccionalidade* está fortemente relacionada com a questão de raça e gênero, mas é possível pensar em outras opressões que também podem se cruzar, como classe, sexualidade e identidade de gênero. A própria Crenshaw reconhece essa potencialidade: “A interseccionalidade ³ oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas.” (CRENSHAW, 2004, p.16).

³ Nesse caso foi usado o termo “interseccionalidade” em vez de “interseccionalidade”, mas o significado é o mesmo.



3. FEMINISMO INTERSECCIONAL NO BRASIL

Assim como ocorreu nos Estados Unidos, o pensamento interseccional no Brasil já estava presente nas discussões feministas antes do termo ser cunhado, principalmente nos discursos de mulheres negras, como Lélia González e Jurema Werneck. Ambas as pensadoras e ativistas buscaram enfatizar a necessidade de se pensar *raça* dentro do feminismo e de se pensar *gênero* dentro do movimento antirracista. Lélia González nasceu em 1935 em Minas Gerais e foi formada em história, filosofia e antropologia política. Jurema Werneck, formada em medicina e na área da comunicação, foi fundadora da ONG Criola, uma organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, e desde 2017 é diretora da Anistia Internacional no Brasil.

Ao pensar a questão de raça, as autoras, como as estadunidenses, defendem a centralidade da escravidão na constituição da sociedade brasileira. Apesar de grandes diferenças históricas entre Estados Unidos e Brasil, como é o caso do tipo de colonização, a escravidão de pessoas negras e o massacre da população indígena estão presentes na história de ambos os países.

Jurema Werneck (2010) argumenta que o movimento de colonização com coerção econômica, política e cultural foi apoiado no patriarcalismo heterossexista e sustentado por um racismo que desumanizava os africanos e negava sua subjetividade. Foi esse movimento que criou a “mulher negra” tal como um grupo identitário, ou seja, são exatamente as características destacadas nas opressões que constituem a identidade de determinado grupo, defende a autora. Werneck relata que as mulheres negras tiveram intensa participação na resistência à escravidão, citando figuras quilombolas como Aqualtune, Acotirene e Maria Crioula para mostrar que existiram líderes femininas na luta pela sobrevivência da população negra.

Lélia Gonzalez (1988) pontua que a luta dos negros pela liberdade começou antes da Lei Áurea e não terminou com ela, pois a lei apenas aboliu a escravidão, mas não adotou nenhuma política de inclusão ou medida contra a segregação e a desigualdade. Segundo a autora, as sociedades latino-americanas herdaram dos países ibéricos as ideologias de classificação social hierárquica, como raça e sexo, que colocam o homem branco como



grupo dominante. O mito da democracia racial, argumenta Gonzalez, é um dos mitos de dominação ideológica mais eficazes, que produz um silêncio sobre as contradições raciais até mesmo nos movimentos de esquerda que não enxergavam além da contradição de classe. Somados a isso, a ideologia do branqueamento e o sofisticado racismo latino-americano mantêm a população negra e a população indígena nos segmentos subordinados na hierarquia social.

Segundo Flávia Rios e Alex Ratts (2016), a própria Lélia Gonzalez passou por um processo de branqueamento⁴ no início da sua trajetória acadêmica, e mais tarde passa pelo processo de tornar-se negra:

O racismo foi, pois, uma experiência que a enegreceu, ou, como ela gostava de dizer acerca das relações raciais em seu país natal: não se nasce negro, torna-se. Para ser fiel aos seus dizeres bem ao jeito brasileiro: “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista”. (RIOS; RATTTS, 2016, p. 388)

A partir dessa conquista, Gonzalez busca aliar sua vida acadêmica com o ativismo, enfrentando o racismo na academia e, ao mesmo tempo, a relutância da militância ao mundo acadêmico. (RATTTS, 2010). Segundo Alex Ratts (2010), na década de 80, emergiram as primeiras organizações de mulheres negras e Gonzalez se envolveu com algumas delas, além de viajar intensamente para os Estados Unidos, Europa e África, desenvolvendo seu pensamento em relação a diáspora africana. Nota-se que é na mesma época que Angela Davis, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw estão pensando sobre *intersecções* das estruturas de dominação.

Lélia Gonzalez (1988) defende um feminismo afro-latino-americano, ou seja, um feminismo que considere as especificidades das mulheres negras e indígenas da América

⁴ “Gonzalez experimentou ascensão social via formas expressas de embranquecimento, isto é, realizou um casamento inter-racial, estudou em boas escolas, onde aprendeu os gostos das classes médias e seu estilo de vida. Fez amigos no seio do estrato médio carioca e adotou sua forma de viver e sentir a vida, como o gosto pela bossa nova, a preferência por roupas e cortes de cabelo à moda ‘dos anos dourados’, incluindo o alisamento capilar e o uso de perucas. Era uma forte candidata ao ingresso no mundo dos brancos ilustrados – parafraseando Florestan Fernandes –, tendo para isso todos os artifícios econômicos e sociais aprendidos no convívio com seus colegas não-negros.” (RIOS; RATTTS, 2016, p.388).



Latina. A antropóloga argumenta que o feminismo, tanto como teoria quanto como prática, tem um papel crucial no questionamento das estruturas do capitalismo patriarcal, ao evidenciar as bases materiais e simbólicas que constituem a opressão contra as mulheres, e no estímulo à formação de grupos, redes e movimentos. A autora argumenta que o feminismo latino-americano perde força e poder ao não pensar a questão de raça somada à questão de gênero, sendo as sociedades da região multirraciais e pluriculturais. Segundo a autora, as mulheres americanas e ameríndias são duplamente discriminadas: tanto pela sua raça quanto pelo seu sexo. Devido à América Latina ser estruturada por um capitalismo patriarcal-racista, muitas dessas mulheres são triplamente discriminadas: não só pela sua raça e sexo, mas também pela sua classe. Essas diferenças são transformadas em desigualdades que produzem uma opressão e uma exploração singulares, sofridas pelas mulheres negras e indígenas das classes populares de maneira distinta da opressão que sofrem as mulheres brancas das classes média e alta.

De acordo com Gonzalez, é essencial um feminismo que dialogue com as opressões sofridas por mulheres negras e indígenas para que essa articulação possa vislumbrar outro horizonte e uma nova era para as mulheres da região. É por isso que Rios e Ratts (2016) consideram Lélia Gonzalez como uma antecessora da *interseccionalidade*. Também é possível encontrar uma análise interseccional no pensamento de Jurema Werneck (2010). Em seu texto, a autora mostra que elementos culturais e religiosos africanos colocavam a mulher em destaque nas áreas políticas, mesmo antes da invasão europeia, da colonização e da escravidão. A luta pela preservação (e transformação) das culturas e religiões africanas é uma importante forma de resistência contra o aniquilamento do povo negro. A autora também argumenta que em diferentes momentos a participação das mulheres foi intensa, tanto na resistência à escravidão, quanto na cultura de massa, com a formulação e disseminação do samba, por exemplo.

No feminismo interseccional brasileiro há uma presença mais constante da coletividade de mulheres indígenas⁵ que nos textos analisados norte-americanos, mas ela ainda é muito pequena. Ao falar de opressões de gênero e raça também devemos incluir

⁵ Ao utilizar o termo “indígenas” estamos nos referindo aos grupos indígenas no geral, porém, é necessário cautela, pois existe uma grande diversidade entre etnias e não podemos universalizar a categoria “índio”.



as mulheres indígenas que têm sofrido injustiças violentas contra sua identidade e sua cultura desde o processo brutal de colonização que atingiu a população indígena e negra, como lembra Célia Xakriabá (ANDES, 2018). A questão da terra está muito presente nas demandas dessas mulheres, porque é o mínimo necessário para que essa população consiga sobreviver e o poder de grandes fazendeiros, ruralistas e monocultores ameaça a existência dessa população. Há um aumento na ocorrência de doenças psicológicas e suicídios nas comunidades por toda a violência física e psicológica que os atinge.

No caso indígena a questão da identidade esbarra em vários obstáculos. Edson Yukio Nakashima (2011) mostra em sua pesquisa a dificuldade da sociedade em aceitar a identificação indígena quando este indivíduo não apresenta os estereótipos presentes no senso comum: viver no meio da natureza em aldeias, caçar para sua alimentação, uso de pouca roupa, idioma próprio etc. Por conta disso, o indígena que mora na cidade tem sua identidade constantemente questionada. Além disso, há a dificuldade das gerações mais novas de se identificarem como índios; um dos motivos levantados por Nakashima é a visão negativa do que é ser índio, no qual a negação dessa identidade é uma fuga da discriminação e preconceitos sofridos por essa população.

Ao se pensar políticas públicas é necessário considerar que mulheres indígenas possuem demandas específicas em relação a outros grupos de mulheres, mas dentro dessa coletividade há uma grande diversidade, por exemplo, em relação aos diferentes biomas onde habitam, como o Cerrado, a Amazônia, a Caatinga, nas grandes cidades etc. Apesar disso, Rosimere Arapaço (ANDES, 2018) defende a importância da unidade das mulheres indígenas junto com outros movimentos de mulheres.

Assim como em outros grupos, está ocorrendo um processo de mudança nas comunidades indígenas provocado por uma pressão externa (GRUBITS; DARRAULTHARRIS; PEDROSO, 2005), mas também há um movimento interno que busca maior poder às mulheres. É dessa forma que descreve a indígena Jerá-Kalipety⁶, ao relatar que há uma mudança na relação com o poder. Segundo ela, é muito prepotente que

⁶ Uma das lideranças indígenas de sua comunidade. Informação dada oralmente em uma visita à aldeia Kalipety, localizada na região de Parelheiros, São Paulo, com os alunos da disciplina Metodologia Do Ensino de Ciências Sociais ocorrida no dia 29 de setembro de 2018.



uma ou duas pessoas possam decidir questões que envolvem toda a comunidade. Além disso, a figura do cacique, segundo Jerá, foi uma imposição dos colonizadores portugueses para melhor controlar as tribos, mas que isso não existia anteriormente. A indígena conta que ela mesma propôs descentralizar as deliberações necessárias, dividindo grupos de pessoas responsáveis por determinadas áreas/assuntos.

Jerá exemplifica essas mudanças com dois casos. Em um deles ela conta da possibilidade agora existente das mulheres poderem tocar violão em sua comunidade, o que era proibido anteriormente. Outro caso que elucida essa mudança foi quando uma mulher indígena denunciou um homem que a assediou ao Conselho da comunidade e o enfrentou, mesmo ele negando a veracidade da acusação na frente de todos. Segundo Jerá, isso nunca teria acontecido antes.

Assim como temos o cruzamento de gênero e raça, também podemos pensar em outros marcadores da diferença estruturais em nossa sociedade, como o cruzamento de gênero e sexualidade e/ou identidade de gênero. Para pensarmos essas categorias, exponho brevemente algumas ideias, conceitos e debates sobre o tema presentes em autores internacionais já consolidados em suas áreas acadêmicas.

De acordo com Joan Scott (1990), o termo “gênero” indica a produção totalmente social do papel do homem e do papel da mulher, ou seja, gênero revela uma categoria social imposta, sendo uma forma de significar as relações de poder. Laqueur (2011) mostra que podemos pensar a diferença sexual também como uma construção sociológica e não biológica e natural. O autor apresenta a teoria do sexo único presente durante muitos séculos, no qual as diferenças biológicas não estavam no sexo. A ideia era que tanto homens como mulheres possuíam o mesmo órgão genital, o qual era mais perfeito, mais quente e mais seco nos homens e mais imperfeito, mais frio e mais úmido nas mulheres. Assim, percebemos que a diferença era determinada pelo gênero e não pelo sexo até o século XVII. A noção de que os sexos são naturalmente diferentes e que por isso homens e mulheres são *essencialmente* diferentes surge no século XVIII, mas o autor relata que não houve nenhuma descoberta científica que provocasse essa mudança de concepção. Conclui-se, assim, que a diferença entre os sexos sempre foi uma questão política, não um dado da natureza.



É possível pensar em como gênero – e, portanto, vida social e cultural – constrói a categoria de sexo também na argumentação de Butler. A filósofa (2003) defende que a própria diferença sexual já é gênero, ou seja, não existe sexo antes ou fora da cultura e que não há nada que garanta uma coerência na matriz heterossexual que relaciona: sexo – gênero – desejo sexual – prática sexual. Para a norte-americana o gênero se constrói a todo momento repetidamente em nossos atos, em nossas performatividades, sem que percebamos estamos repetindo e construindo gênero no uso de nossos corpos e nas nossas relações sociais. E é justamente por esse caráter de repetição e construção que Butler visualiza uma mudança: como gênero é um ato que está sempre em produção, podemos na própria ação cotidiana transformá-lo, mesmo esse ato não sendo livre e não sendo uma escolha – pois há inúmeros constrangimentos para que as pessoas sigam a norma.

A partir dessa discussão podemos pensar na luta das mulheres trans, lésbicas e bissexuais pela superação do binarismo mulher/vagina/relacionar-se afetivamente e sexualmente com homens e homem/pênis/relacionar-se afetivamente e sexualmente com mulheres.

No grupo das mulheres trans há a opressão do machismo e a opressão cissexista/transfóbica que ocorrem simultaneamente, de forma *interseccional*. Utilizaremos aqui o termo *trans* para denominar toda a população transgênero, que inclui transexuais, travestis, drag queens, queer, andróginos e outras identidades que não se identificam como cisgênero. O termo cisgênero é usado para denominar as pessoas que se identificam com o gênero que foi atribuído ao indivíduo no momento que ele nasceu.

Podemos enxergar as injustiças que sofrem as pessoas trans com dados, por exemplo, sobre mercado de trabalho e sobre assassinatos. Segundo Honorato (2018), o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de homens e mulheres trans. Em 2017 foram registrados 179 homicídios, o que significa que, em média, uma pessoa trans foi morta a cada 48 horas, sendo sua expectativa de vida de 35 anos, enquanto para o conjunto da população brasileira é de 75 anos. De acordo com Cazarré (2015), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) estima que 90% das mulheres trans e travestis recorrem a prostituição pelo menos em algum momento da vida, por falta de oportunidades em outras formas de trabalho.



Marginalizada até mesmo dentro do movimento LGBT, essa coletividade possui opressões singulares e, portanto, apresentam demandas específicas. Pelo binarismo existente na sociedade contemporânea, uma das principais lutas das mulheres trans é o reconhecimento de que elas são de fato mulheres, ou seja, a luta é pela possibilidade de autoidentificação com um gênero independentemente da sua genitália, do seu corpo biológico. Segundo Campos (2014), para que mulheres trans sejam reconhecidas como tal, precisam se adequar ao que é tido como “ser mulher”, exercendo sua feminilidade de forma quase caricata, marcando fortemente o gênero em seus corpos e, assim, tentando ser aceitas nessa sociedade binária.

Uma das lutas das mulheres trans é a adoção do nome social, nome pelo qual a pessoa se identifica, nos seus documentos. Outra pauta é o aperfeiçoamento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS (DE JESUS; ALVES, 2012) e a despatologização da identidade trans, que até 2018 era considerada um transtorno de identidade sexual pela CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

Jaqueline de Jesus e Hailey Alves (2012) defendem a importância da identificação do indivíduo com um grupo social para que ocorra a participação em um movimento político, construindo, assim, uma identidade politizada. As autoras também expõem que a ênfase da ação coletiva e política das pessoas trans no Brasil tem sido a visibilidade.

De maneira muito inclusiva, De Jesus e Alves argumentam que o Transfeminismo reconhece a *intersecção* entre variadas identidades e identificações, opressões sobre seus corpos, identidade sexual e expressões sexuais, tendo como objetivo principal: “superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres.” (DE JESUS; ALVES, 2012, p.16). De forma semelhante, Campos (2014) defende que as reflexões transfeministas questionam o binarismo de gênero com a intenção de produzir uma sociedade menos sexista e transfóbica.

Quando pensamos em marcadores sociais da diferença referentes a orientação sexual, há pouco espaço no campo acadêmico brasileiro para pesquisas envolvendo mulheres lésbicas e mulheres bissexuais quando comparado com o espaço ocupado por temáticas que envolvem os homens gays. Muito do material produzido sobre mulheres



lésbicas e bissexuais está relacionado com a área da saúde, sendo as bissexuais ainda mais marginalizadas.

Segundo Campos (2014), as feministas lésbicas buscavam desnaturalizar a heterossexualidade, sendo esta imposta como se fosse a única natural e, portanto, normal e aceitável (FERNANDES, 2018). Campos ainda afirma que, pela não percepção de que a heteronormatividade é uma construção social, tende-se a universalizar a categoria e suas condições, produzindo conceitos e instituições através dessa norma.

De forma semelhante ao que ocorre com as mulheres negras, as mulheres lésbicas sofrem machismo nos espaços e movimentos LGBTs e sofrem lesbofobia nos espaços feministas. Portanto, as pautas, demandas e especificidades das mulheres lésbicas não são apoiadas pelos movimentos feminista e homossexual (FERNANDES, 2018).

A história de construção da anual Parada do Orgulho LGBT de São Paulo exemplifica a luta por visibilidade das lésbicas, das pessoas bissexuais e das pessoas trans dentro do movimento LGBT, uma vez que a alteração do nome da manifestação foi uma demanda frequente desde a primeira edição da Parada do Orgulho Gay. Em busca de maior visibilidade para suas demandas específicas, a Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes foi organizada pela primeira vez em 2003. Mais tarde seu nome foi alterado para incluir as mulheres bissexuais, tornando-se Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais (FERNANDES, 2018).

Nota-se também quão recente é a inclusão das mulheres bissexuais no movimento de mulheres que se atraem afetivamente e/ou sexualmente por mulheres. Quase não há produção acadêmica sobre bissexualidade e menos ainda sobre mulheres bissexuais. O debate sobre esse assunto está presente em diversas esferas públicas, principalmente em blogs e redes sociais, mas pouco em espaços institucionais. Ativistas bissexuais defendem que há opressões que atingem esse grupo de forma diferente que outros grupos do movimento LGBT e que, portanto, também possuem demandas específicas.

Bissexuais são questionados frequentemente sobre sua sexualidade, além de muitas vezes serem considerados confusos, passando por uma “fase” ou por um “homossexual no armário”. Constantemente, esse grupo tem sua sexualidade não reconhecida ou legitimada, sofre fetichização e também é estereotipado como promiscuo



e instável (BERTHO, 2018; CRUZ, 2015; DIAS, 2017; OLIVEIRA; ATHAYDE, 2014). Essa coletividade questiona o monossexismo e o padrão binário da sociedade.

O debate das opressões relacionadas à sexualidade dentro do feminismo, com suas performances de gênero e suas atrações afetivas/sexuais, está associado à emancipação dos corpos de todas as pessoas.

4. CONCLUSÃO

As análises e pensamentos interseccionais possuem uma extensa história, que torna difícil identificar qual foi exatamente sua origem, mas sabemos que estão profundamente relacionadas com a história das mulheres negras, principalmente as mulheres negras estadunidenses. Seu surgimento parece ser consequência da não representatividade das mulheres negras e das trabalhadoras nos primeiros movimentos feministas, que englobavam apenas as reivindicações das mulheres brancas das classes média e alta. Isso parece ter acontecido de forma muito similar nos Estados Unidos e no Brasil, sendo que neste a questão indígena e da América Latina complementam essa análise.

A sociedade brasileira foi construída em bases estruturais do machismo, do patriarcalismo, do racismo, da heteronormatividade e do binarismo. As injustiças tanto do campo econômico quanto do campo cultural podem ser explicadas pelo contexto histórico: a formação de uma sociedade baseada na escravidão e no genocídio da população negra e indígena, além do patriarcalismo, criando uma sociedade altamente hierarquizada. Esse é um fenômeno que ocorreu em toda a América Latina, gerando a oportunidade para trocas de experiências, vivências e resistências com as mulheres dos países vizinhos ao Brasil. Uma oportunidade pouco explorada e enfatizada, principalmente, pelas mulheres indígenas.

Por conta desse histórico, a questão racial no feminismo interseccional se sobressai, mas outros grupos identitários podem encontrar no conceito de *interseccionalidade* uma denominação e explicação analítica para suas vivências, como é



o caso das mulheres indígenas, lésbicas, bissexuais e/ou trans. Esses grupos podem usar o movimento como importante e poderoso meio de união de mulheres.

Ao se falar de grupos minoritários relacionados a sexualidade, o discurso das mulheres trans dentro do feminismo interseccional parece ser o mais bem estruturado e que possui mais espaço dentro do movimento. Diferente do que ocorre com as mulheres lésbicas e, principalmente, com as mulheres bissexuais. Há material escrito e debatido dentro dos espaços de militância, mas isso parece estar de forma enfraquecida na academia.

O recente caso do assassinato de Marielle Franco⁷ expõe como os movimentos sociais têm trabalhado com o pensamento interseccional. Marielle era vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), socióloga, feminista e militante dos direitos humanos. Além de defender as reivindicações de grupos minoritários como mulheres, negros, LGBTQs e moradores de favelas, a ativista denunciava a Polícia Militar por execuções e criticava a Intervenção federal no Rio de Janeiro que se estabeleceu em fevereiro de 2018 através da presença de militares. Ocorreram diversos atos contra a execução de Marielle por todo o país e os manifestantes davam muita ênfase ao fato da vereadora ser mulher, negra, que nasceu na periferia e que morava junto com sua companheira, ou seja, eles consideravam importante realçar seu gênero, sua raça, sua classe e sua sexualidade, pois, ao que tudo indica, a intersecção dessas múltiplas estruturas de dominação somada a sua militância foram os motivos de sua execução.

A interseccionalidade aponta exatamente para esse ponto. É necessário pensar nos conflitos e negociações causadas por uma complexa intersecção de opressões que cria uma injustiça singular e que necessita de remédios distintos. Por conta das diferentes trajetórias de vida, injustiças, experiências de desrespeito que a posição social gera, o feminismo interseccional critica toda teoria e práxis que universaliza a categoria “mulher”, enfatizando: ao se falar de mulher é indispensável se dizer de que mulher estamos falando.

⁷ O assassinato ocorreu no dia 14 de março de 2018.



É interessante assinalar que *interseccionalidade* é um conceito presente tanto nos meios acadêmicos quanto nos espaços de militância e ativismo. Podemos perceber isso como alguns dados superficiais, mas indicativos. Ao pesquisar a palavra-chave “interseccional” na plataforma digital *SciELO*⁸ são encontradas 28 pesquisas brasileiras e a partir da palavra-chave “interseccionalidade” são encontradas 54 pesquisas brasileiras, principalmente ligadas a gênero, raça e corpo. Realizando o mesmo processo no BDTD⁹ (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) encontramos 205 pesquisas ligadas ao termo “interseccionalidade”. Utilizando a plataforma *Google Trends*¹⁰, observa-se que ocorreu um aumento expressivo nas buscas brasileiras pelos termos “interseccionalidade” (em vermelho no gráfico), “interseccional” (em azul) e “feminismo interseccional” (em amarelo), principalmente a partir de 2014.

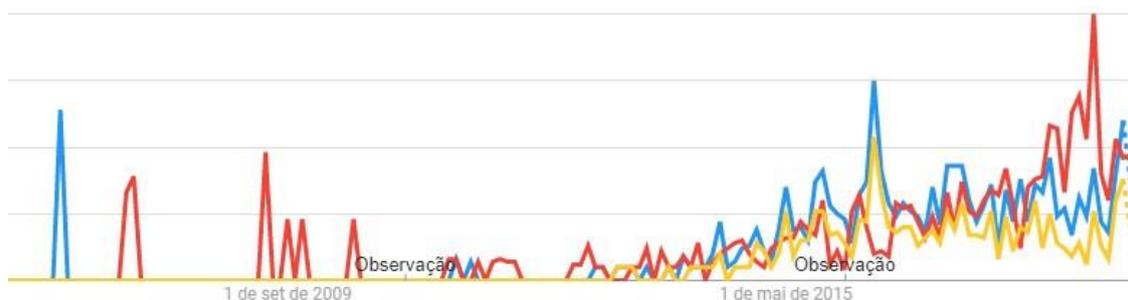


Figura 1¹¹

O conceito de *interseccionalidade* está cada vez mais presente na teoria e na prática de coletivos que lutam pela emancipação de grupos oprimidos. Isso se deve à constatação na literatura especializada de que opressões podem se entrelaçar. A interseccionalidade permite então que se percebam dimensões e nuances nas formas de dominação e de injustiça, além de ajudar a entender motivações práticas e formas de organização política dos novos movimentos sociais.

⁸ Último acesso: 24 de abril de 2019.

⁹ Último acesso: 24 de abril de 2019.

¹⁰ Último acesso: 24 de abril de 2019.

¹¹ <<https://trends.google.com/trends/explore?date=all&geo=BR&q=interseccional,interseccionalidade,feminismo%20interseccional>>.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEWUNMI, Bim. *Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade: “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar”*. Blogueiras Feministas. Tradução de Bia Cardoso. 25 jul. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/07/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidadeeu-queria-criar-uma-metaphora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/>>. Acesso em: 18 março 2019.

ANDES. “A voz das mulheres indígenas”. *InformANDES: Basta! Marielle Franco, presente!* Brasília, p. 14-15. Março, 2018.

BDTD. Disponível em:<<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 24 abril 2019.

BERTHO, Helena. 10 coisas que você não deve dizer a mulheres bissexuais. *Universa*, 02 jun. 2018. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/02/10-coisas-que-voce-nao-devedizer-a-mulheres-bi.htm>>. Acesso em: 14 abril 2019.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. “Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades”. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Universidade Estadual de Londrina v. 20, n. 2, p.27-55, 25 dez. 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Dafne Marcelle de Almeida Ramos. “Transgeneridade e feminilidade: uma etnografia acerca do que é ser mulher”. In: 18º REDOR, 2014, Recife. *Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

CAZARRÉ, Marieta. *Preconceito afasta transexuais do ambiente escolar e do mercado de trabalho*. Edição: Lílian Beraldo. Fonte: Agência Brasil, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/11/preconceito-afasta-transexuais-doambiente-escolar-e-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 12 abril 2019.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência: 2017*. Rio de Janeiro: Ipea e Fbisp, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 01 março 2019.

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. Tradução: Juliana de Castro Galvão. Revisão: Joaze Bernadino-Costa. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p.99-127, abr. 2016.



_____. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4. Tradução: Júlia Clímaco. São Paulo: Sof, p.13-42, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. “A urgência da interseccionalidade”. Palestra apresentada em uma conferência oficial do TED, 2016. Disponível em:
<https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br#t-554976>. Acesso em: 18 março 2019.

_____. “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

CRUZ, Darllam. “4 fatos que você deveria saber sobre a bissexualidade”. *Super Interessante*, 28 jan. 2015. Disponível em:
<<https://super.abril.com.br/blog/superlistas/4-fatos-que-voce-deveria-saber-sobre-bissexualidade/>>. Acesso em: 14 abril 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais”. *Revista Cronos*, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

DIAS, Isadora Maria Santos. “Bissexualidade e a necessidade de dizer”. *Geledés*, 23 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/bissexualidade-e-necessidade-dedizer/>>. Acesso em: 14 abril 2019.

FERNANDES, Marisa. “O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil”. *CULT*, São Paulo, edição 235, 12 jun. 2018. Disponível em:
<<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>>. Acesso em: 12 abril 2019.

GOOGLE TRENDS. Disponível em:
<<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=interseccional,interseccionalidade,feminismo%20interseccional>>. Acesso em:

GONZALEZ, Lélia. “Por um Feminismo Afro-latino-americano”. *Revista Isis Internacional*, Santiago, Chile. vol. IX, p.133-141, junho, 1988.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maíra. Mulheres indígenas: poder e tradição. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.10, n.3, p. 363372, Dezembro, 2005.



HONORATO, Ludimila. “Número de assassinatos de pessoas trans no Brasil é o maior em dez anos”. *Estadão*. São Paulo, 27 jan. 2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-assassinatos-de-pessoas-trans-no-brasil-e-o-maior-em-dez-anos,70002167595>>. Acesso em: 12 abril 2019.

INFOPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Atualização - Junho de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2016. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 01 março 2019.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2011.

NAKASHIMA, Edson Yukio. “Discriminação e preconceito: a sombra do ‘olhar branco’ sobre o ‘olhar para si’ dos alunos indígenas Pankararu na escola pública”. In: *Educação pública nas metrópoles brasileiras: impasses e novos desenlaces*. AMARAL, Mônica G. T. do; SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. (orgs.). Jundiaí, SP: Paco Editorial; São Paulo: Edusp, 2011.

OLIVEIRA, Jussara; ATHAYDE, Thayz. “(In)visibilidade bissexual”. *Blogueiras Feministas*, 23 set. 2014. Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/2014/09/23/invisibilidade-bissexual/>>. Acesso em: 14 abril 2019.

RATTS, Alex. “As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez”. Comunicação apresentada no *Fazendo Gênero 09: Diásporas, diversidades e deslocamentos*, Santa Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf>. Acesso em: 12 abril 2019.

RIOS, Flávia; RATTS, Alex. “A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez”. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (org.). *Pensadores negros – Pensadoras negras*. Belo Horizonte: Editora UFRB e Fino Traço, 2016.

SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso: 24 abril 2019.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990.

TRUTH, Sojourner. *E não sou uma mulher? – Sojourner Truth*. Tradução: Osmundo Pinho. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 27 março 2019.



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

WERNECK, Jurema. “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010.